



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE DEZEMBRO DE 1995

Senhores Ministros aqui presentes, da Educação, da Saúde; Senhores Secretários; Anna Peliano; Senhor Secretário Sérgio Amaral; Dra. Ruth, Presidente do Conselho da Comunidade Solidária; Dr. Rony Lirio, da Sul América Seguros; Senhores e Senhoras que têm sido interlocutores desses programas do Governo,

Serei muito breve. Não estou perdendo a voz, como o Ministro Paulo Renato, mas estou numa outra reunião. Estou querendo ganhar o dom da ubiqüidade e não consigo... Mas quero dizer-lhes o seguinte: outro dia, o Ministro Sérgio Motta, quando fui lançar o novo programa de telecomunicações no Brasil – são investimentos vultosos, de mais de 70 bilhões de dólares para os próximos oito anos —, utilizou uma frase de Maquiavel, que é autor geralmente citado com alguma perversidade. Mas no caso não foi. Ele disse o seguinte: “A dificuldade de quem introduz reformas é que perde as alianças antigas, porque os antigos não querem que se mude nada. E não ganha ainda a confiança de novos aliados, porque o resultado das reformas não aparece.” Isso é um pouco a realidade do Brasil.

Nós estamos introduzindo reformas em muitos sentidos. Diria que, no que foi possível mexer – eu disse algumas vezes, em discursos mais ou menos solenes, que eu iria botar a mão em vespeiro —, nós estamos pondo as mãos em vespeiros, em vários vespeiros. É claro que algumas abelhas picam, mas também, quando picam muito, a gente cria anticorpos. O Governo cria também certos anticorpos e não se preocupa muito com certas reclamações e com certas críticas. Não com as críticas e reclamações que são para levar para frente o País, mas com aquelas que são para manter tudo como está.

Essa é a atitude que, eu creio, esse Conselho da Comunidade Solidária, a Secretaria Executiva e o Ministério nessas áreas sociais têm assumido. Nós estamos mudando. No começo, todo mundo diz: “Não muda nada, é neonão-sei-quê,” Depois, começa a mudar e diz: “Não, mas está mudando errado. Não vai dar certo.” Isso são detalhes que não devem toldar o nosso horizonte nem impedir que a motivação continue a mesma, para que se continue caminhando.

E essas mudanças, essas reformas que estão sendo introduzidas no Brasil são reformas que o Brasil está fazendo. Já existe um clima no Brasil que exige atitudes novas. Elas implicam mudança de mentalidade e elas quebram interesses.

O Ministro Paulo Renato descreveu aqui o que aconteceu num programa específico de transporte escolar. É claro que é preciso socializar as pessoas para novas atitudes. Não se trata, pura e simplesmente, de dizer: “Bom, então vamos afastar os deputados.”

Os deputados não vão se afastar de nada. Pelo contrário, eles vão assumir novas funções, talvez até mais espinhosas para eles, sobretudo para o Governo; porque vão ter que ser mais críticos em relação às políticas que estão sendo propostas. E não tanto terão de ocupar-se com o elo entre o Executivo federal, o estadual, o municipal e a clientela, até porque as clientelas vão desaparecendo. Desaparecendo as clientelas, a opinião que se forma é a opinião pública mais ampla, que não está vinculada a um laime direto de sujeição pessoal ou política.

Então, essa opinião pública vai cuidar de ver se o deputado está atuando ou não, para que as políticas mais corretas sejam postas adian-

te. E os parlamentares continuarão a ter um papel fundamental nesse processo, só que de outra qualidade.

O mesmo vale para tudo. A burocracia também resiste, porque, quando se decide – como nós decidimos e estamos fazendo – transferir responsabilidades e recursos, descentralizar, é claro que os setores da burocracia de Brasília perdem poder. Poder para quê? O poder para ou fazer clientelismo, ou, em outras épocas, corrupção, ou simplesmente atrapalhar. E, ao não assinar um papel, ele atrapalha mesmo. E fica importantíssimo, meu Deus! Se não vem aquela assinatura, não anda nada.

Então, é claro que aí também há dificuldades entre nós próprios, na própria burocracia federal. Há incompreensões dentro do Governo. Muitas vezes, a necessidade de convergir, de fazer com que os grupos se comuniquem, de que os ministros se comuniquem não é percebida como uma coisa positiva, porque diminui o poder. Só que é um falso poder, um poder para atrapalhar, e esse nós não queremos mesmo.

Eu não sei se foi por sorte, mas, de qualquer maneira, me enriqueceu a experiência de ter sido Ministro da Fazenda. E eu não agüentava o Ministério da Fazenda, logo que cheguei lá. Era uma fila de gente que não terminava nunca. Até que eu disse: "Olha, o meu ideal é chegar um dia e poder cuidar da moeda, do crédito, dos juros e não de liberar um verba para transporte, para saúde, para não-sei-quê. Isso não é função do Ministro da Fazenda. O Ministro da Fazenda tem que cuidar dos grandes agregados nacionais." Mas era tudo tão distorcido que o Ministro da Fazenda era o superxerife de todas as áreas.

Com o tempo, nós fomos passando a responsabilidade para os ministérios. Hoje, é claro que o Ministro da Saúde ainda tem que "brigar" com o Ministro da Fazenda. Mas não tem que brigar mais para saber se é nesse ou naquele hospital. Tem que brigar pelo que ele está brigando corretamente: para obter mais recursos. E com o Congresso também. Aliás, vamos obter. Nós precisamos desses recursos do Congresso. Está para ser julgado. E vamos fazer força e vamos conseguir o que o Ministro Jatene disse, com muita clareza, aqui. O Governo está gastando como nunca, na saúde. Só que não é suficiente. O programa a que nós nos propusemos com o Paulo Renato já foi alcançado neste ano, do per-

capita que nós, no fim de quatro anos. Só que não é suficiente. Então vamos ter que lutar por mais.

Então, na verdade, nós estamos mudando o estilo de relacionamento entre os vários níveis de poder: o federal, o estadual e o municipal. E estamos mudando a relação entre o Congresso e o Governo. Estamos mudando a atitude da burocracia federal com relação aos demais setores da sociedade. Isso tudo é um processo, não é um ato.

É claro que, do ponto de vista do espetáculo, é muito melhor para o Presidente que aperte um botão – como eu apertei outro dia lá em São Paulo, e funcionou a rotativa da Folha de S. Paulo: em quinze minutos ou dez minutos, estava pronta a *Folha*. Maravilha. Fotografa, etc. Eu até disse para os proprietários: “Ah, se vocês me emprestassem essa máquina para eu governar o Brasil... Eu aperto um botão aqui e sai lá.”

Só que isso não é assim. Nós estamos tratando com seres humanos. Estamos tratando com interesses, com valores. É um processo, um processo de convencimento, que está, pouco a pouco, caminhando, mas cujos resultados estão visíveis aqui. Os quatro que me antecederam aqui mostraram, claramente, que isso está em marcha, já. Eu não vou me referir a fatos concretos nas áreas já mencionadas, mas numa área que não está aqui, no momento – talvez esteja representada –, que é a da Agricultura; e a questão dos assentamentos rurais.

Bom, só no Procera, nós liberamos, neste ano, 210 milhões de reais. Isto é mais, em 11 meses, do que o que foi liberado nos três últimos governos. Para quê? Para a pequena propriedade agrícola e para assentamento rural. No Pró-Moradia, são 640 milhões de reais. Há quanto tempo não havia dinheiro para que houvesse o começo da reconstituição de uma atividade de construção para o povo, para o pobre, que não fosse, simplesmente, pelo mecanismo que o Ministro Paulo Renato mostrou aqui, pelo qual alguém conseguiu lá e leva para seu município – sabe-se lá se é o município que mais precisa, ou não – recursos para fazer umas casas, para ganhar a eleição.

Agora, aqui, não. São os conselhos das comunidades que vão decidir, são as prefeituras. Vai ter gente da oposição, vai ter do sindicato, vai ter

das Igrejas. Vai ter briga. Mas vai ser um processo muito mais claro e muito mais participativo, se posso dizer assim.

Na questão dos assentamentos rurais, apesar das dificuldades óbvias da área, ainda recentes – ainda ontem eu fui me intuir –, nós já assentamos mais de 30 mil famílias neste ano. E vamos chegar aos 40 mil, porque eu quero chegar aos 40 mil neste ano. Estão já os programas desenhados para chegar aos 40 mil. Isso se compara com 4 mil, no ano passado, com 10 mil há dois anos. Nunca passou de 25 mil, na história do Brasil. Nós temos onze meses de Governo. Estamos, aí, numa boa parte do tempo, negociando com o Congresso reformas profundas. Mas nós não descuidamos de dar o sentido, o rumo nas áreas sociais.

Ouvi muita gente desavisada falando: “E o social? E o social?” Pois está aí o social. Só que o social não é propaganda. O social é mudança de mentalidade, é convergência, é, como disse a Ruth, aqui, parceria, parceria com a iniciativa privada. Agradecemos, mais uma vez, o gesto da Sul América Seguros e de outros mais que estão nos ajudando.

O social é uma preocupação que tem que se estender a outras áreas da população. Daí a importância desse Programa Universidade Solidária, em que, com um pouco do espírito do Projeto Rondon, os jovens estudantes vão tomar conhecimento da realidade social, vão participar de um programa nessa direção. E, sem dúvida alguma, como disse o Ministro Jatene, na questão dos agentes comunitários de saúde, na questão da atenção no programa da mulher, da mãe, na questão do leite, na questão da distribuição da merenda escolar, da nutrição, nós vamos reduzir os níveis de mortalidade infantil, porque estamos convergindo nas ações que chegam lá.

Não há milagre em nenhuma área. Há trabalho. Mas havendo, comitadamente, convicção, havendo rumo, havendo clareza de propósitos, consegue-se chegar lá.

Também não adianta imaginar que os resultados serão espetaculares do dia para a noite, porque não é assim. Acredito que, a partir do ano que vem, porque as coisas já estão mais organizadas, já mais nos trilhos, os efeitos se farão sentir de uma maneira mais perceptível. Mas, no ano que vem, temos que colocar muita ênfase nesse tripé que eu mencionei aqui,

que é saúde, educação e a questão da produção rural, da produção familiar, do assentamento rural, da pequena propriedade rural. Isso tudo é o que gera emprego, que é uma preocupação que tem que ser constante de todos nós. Nós precisamos dar muita ênfase a esses problemas.

Vejo com alegria que, no Ministério da Educação, existe rumo definido e que já está no Congresso a proposta que modificará, sensivelmente, a questão da educação e a distribuição de recursos no Brasil, a valorização do professor primário e do ensino fundamental e a diminuição da repetência. No Ministério da Saúde, há rumo definido, e já estamos em ação. O Ministro mencionou o número de municípios. Eles vão crescer. É questão de perseverar. Na área dos assentamentos rurais e do apoio à economia familiar da agricultura, também há rumo definido. Claro, saneamento básico, habitação... há uma porção de outros programas. Mas nós sentimos que já encontramos o caminho.

Não gosto de marcar datas, mas temos em elaboração o que se chama de plano social mais visível. O Ministro Sérgio Amaral está empenhado nisso com alguns de meus assessores, como o Professor Vilmar Faria. Espero que nós possamos mostrar, daqui a pouco, a integração de tudo isso, de um conjunto de programas, cuja persistência vai depender daquilo que é o desejo de todos nós.

Não é só o crescimento econômico que virá, como está vindo. Não é só a estabilização da moeda que está aí e que produziu já um efeito distributivo de renda enorme. O consumo de alimentos, no Brasil, aumentou 32% neste ano. E o consumo que aumentou foi o consumo da classe popular, porque o frango é mais barato, a carne é mais barata, o macarrão está mais barato; enfim, porque se conseguiu baratear, ou melhor, manter e até ampliar o poder de compra do trabalhador.

O Dieese publicou uma pesquisa, outro dia, que mostrava que os assalariados todos tiveram aumento na renda. Os que não têm carteira assinada tiveram aumento maior do que os que têm carteira assinada. E os que ganham os níveis de renda mais baixos chegaram a ter 28% de aumento real de salário. Os que têm nível de renda mais alto, 3 a 4%.

Ou seja, fizemos, efetivamente, o processo de distribuição de renda. E isso não pode ser esquecido, porque é fundamental. Distribuição de

renda não se faz com demagogia, se faz com disciplina, com dureza, com briga. Muitas vezes, dizendo “não” a abusos, como eu acabei de dizer nestas semanas, e pedindo que o Congresso, na questão da Previdência Social, não seja condescendente com privilégios de gente que pensa que está tendo direitos, e tem tido abusos.

Não concordo com abusos. E nós temos que ter uma atitude bastante severa nessa matéria, sem esse pieguismo falso de imaginar que se está fazendo um bem para o servidor quando se está, simplesmente, dando aumentos abusivos para categorias pequenas de servidores, que não permitem, depois, que se generalize, efetivamente, um tratamento condigno ao conjunto da categoria.

Nós temos que entender que a democracia só existe quando os critérios são universais e os benefícios que atingem a todos, sim, são democráticos. Mas aqueles que atingem uma pequena minoria, quando à custa da maioria, não são aceitáveis. Quando à custa do trabalho próprio, do aprimoramento dos seus recursos, são perfeitamente aceitáveis. Mas não quando se trata de recursos que seriam mais bem utilizados se distribuídos para todos, e ficam bloqueados em um pequeno grupo, e esse pequeno grupo, porque tem capacidade de organização, vai com uma trombeta e faz a gritaria, pensa que com isso muda o Brasil. Não muda. Não muda. Ao contrário, fica sendo a vanguarda do atraso.

O Brasil cansou do atraso proclamado em virtude. O Brasil quer outra coisa hoje. Quer competência, quer tranqüilidade, quer racionalidade, mas quer, sobretudo, um compromisso, realmente, com os mais pobres, que não seja um compromisso de boca, que não seja um compromisso demagógico, que não signifique que você vá andar andrajoso para fingir que é pobre, mas que signifique que tem, realmente, a virtude necessária para o exercício da função pública com correção, com competência e com o caminho firme, não preocupado com desvios ocasionais.

É isso que eu estou vendo aqui em vocês. Eu quero felicitar a Anna Peliana. Ela teve um trabalho extraordinário, no que diz respeito a fazer com que haja articulação interna no Governo e a cobrar dentro do Governo. A Ruth conseguiu mostrar ao Brasil que, numa nova atitude,

se podem obter resultados positivos, em que a população acredita, em vez de ficar utilizando verbas de LBAs ou o que seja, em função de ser Primeira-Dama disso ou daquilo. Ela nunca aceitou funções ornamentais. Sempre quis buscar uma posição que pudesse contribuir, efetivamente, para uma mudança de mentalidade.

E, hoje, o Governo todo sabe que esse Programa Comunidade Solidária – em que o Paulo Renato teve uma participação grande, quando, na campanha, sugeriu esse programa – é realmente inovador. A inovação, no começo, dói. Mas, depois, quem não entra nela fica para trás. E aqui, por sorte, vocês entraram nela.

Eu lhes agradeço, e muito.